



Recebido em 24 de fevereiro de 2015 / Aprovado em 25 de maio de 2015.

Editor Científico: Dr. Geysler Rogis Flor Bertolini

Processo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 2359-5876



<https://doi.org/10.5935/2359-5876.20150008>

ENSAIO (IN) SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Aline Dario Silveira

Doutoranda em Administração, do Programa de Doutorado em Administração da Universidade Positivo, Mestre em Engenharia de Produção e docente do curso de Administração da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), campus Cascavel, Brasil
aline@dariosilveira.com

A sustentabilidade ambiental pode ser entendida como a capacidade de um sistema ecológico de manter-se em condições favoráveis para a manifestação da vida de forma perene. Cientistas asseveram que atualmente a sustentabilidade do sistema ecológico terráqueo inspira cuidado, pois esta fragilidade configura-se como uma crise de dimensões¹ ecológica, ambiental, social e política. Ecológica pela destruição da base de recursos naturais, ambiental pela saturação da capacidade de recuperação do meio ambiente, social porque as causas e suas consequências afetam, em maior ou menor grau, a todas as pessoas e povos, e é política porque relacionada aos sistemas políticos e institucionais que detém o poder de distribuição e uso dos recursos naturais. Neste ensaio, a discussão será limitada ao aspecto ecoambiental desta crise.

Torna-se, portanto, relevante refletir sobre os aspectos ontológicos e epistemológicos fundantes da crise ecológica e ambiental, sem, no entanto, pretender exaurir todas as possibilidades de reflexão sobre a temática. Parte-se do pressuposto de que a racionalidade econômica e sua visão acerca da natureza e do mundo, apoiada no paradigma científico vigente, é uma das principais causadoras desta crise ecoambiental, geradora de insustentabilidade.

Uma ideia basilar sobre o mundo e a natureza é a concepção do mundo natural como coisa. Esta concepção tem respaldo na dualidade do pensamento cartesiano ao dicotomizar mente e corpo. O “Penso, logo existo”² de Descartes enfatiza a identidade do ser na mente, no pensamento racional e não com seu organismo total (corpóreo), desloca o ser do seu *logos* material, ou seja, a mente racional existe independente

¹ BARBIERI, E. **Desenvolver ou preservar o ambiente**. São Paulo: Cidade Nova, 1996.

² DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Martin Claret, 2000, p. 14.



do local em que se encontra no mundo. É a supremacia da mente (razão) sobre a matéria porque afirma que a razão é a única fonte de conhecimento válido. Essa divisão levou à concepção do universo como sendo um sistema mecânico, consistindo em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos aos seus componentes materiais fundamentais cujas propriedades e interações determinariam todos os fenômenos materiais³.

Essa visão mecanicista e reducionista serviu como fundamento lógico para o tratamento do meio ambiente natural como se ele fosse formado de peças separadas a serem exploradas pelo ser humano de acordo com seus interesses. Nesse sentido, desenha-se a visão antropocêntrica do mundo: (1) na qual o ser humano é fonte de todo valor e medida de todas as coisas; (2) o ser humano não é considerado como integrante da natureza, sendo visto como superior a ela; (3) para a qual a natureza torna-se objeto de manipulação humana submetida aos interesses econômicos e produtivos, não possuindo valor intrínseco, mas apenas de uso.

Essa visão instrumentalizada da natureza é compartilhada pelo Empirismo. Para os empiristas a possibilidade de conhecimento deriva exclusivamente da experiência⁴, isto é, da observação de objetos externos e das operações internas da mente. A primeira deriva da sensação obtida com os órgãos dos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar) e a segunda

da reflexão, proveniente do processamento das sensações pela mente, da percepção do que se observou, dando significado ao observado. Desta forma, a visão ontológica do mundo predominante é realista, ou seja, externa ao indivíduo, existindo coisas reais independente da consciência, sendo a epistemologia objetiva, na qual o elemento decisivo na relação de conhecimento é o objeto que se coloca diante da consciência do sujeito como algo pronto, algo dado; concebe corpo e mente unos e não distintos como em Descartes.

Para os empiristas, o método indutivo experimental intenta desvendar as leis naturais. Para Bacon⁵, a ciência é a “imagem da realidade”, cuja “meta é a de dotar a vida humana de novos inventos e recursos”. Decorre daí o entendimento de que a ciência e tecnologia são vistas como mecanismo de dominação da natureza com o objetivo de acessar conhecimento útil e aplicável, cuja expansão é marcada pela inovação constante, a fim de produzir condições de bemestar para a humanidade.

As correntes epistemológicas, racionalista e empirista, compartilham a mesma visão sobre o mundo natural como coisa, como objeto a ser conhecido, desvendado, dominado e apropriado, utilizando para isso o conhecimento científico e tecnológico. Ambas são a favor de criar conhecimento científico especializado, dividindo a ciência por objeto de estudo sob a alegação de obter maior profundidade nos estudos científicos e celeridade na melhoria das condições de vida humana, de forma que esta visão reducionista e fragmentada da realidade e do mundo, embora tenha alcançado avanços consideráveis, acarretou uma consequente perda de perspectiva da

³ SILVEIRA, A. D. Avaliação de ações de empreendimentos ecoturísticos considerando a integração das dimensões conceituais do ecodesenvolvimento e do ecoturismo. 2003. 237 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis. 2003, p. 30.

⁴ LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. Coleção Os Pensadores. p. 23-77.

⁵BACON, F. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. Seção CXX e LXXXI. [Versão eletrônica]. Tradução e notas: José Aluysio Reis de Andrade. Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis>>. Acesso em: 30 out. 2013.

complexidade das interações e conexões inerentes ao mundo natural e humano. Este paradigma simplificador “separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução)”⁶.

Historicamente, o desenvolvimento das ciências como campo de conhecimento independente da filosofia demarca, juntamente com o capitalismo e transformações sociais expressivas, a era moderna ocidental. Para Giddens⁷, “a modernidade [...] é multidimensional no âmbito das instituições”. As dimensões institucionais da modernidade apresentadas pelo autor são o capitalismo, a vigilância (principalmente representado pelo Estado-Nação), o poder militar e o industrialismo. Para manter-nos dentro do escopo deste ensaio, interessa deter nossa atenção nas instituições Capitalismo e Industrialismo.

O capitalismo é um sistema econômico no qual os meios de produção e distribuição são de propriedade privada, visando fins lucrativos e a acumulação de capital; pressupõe um ambiente de mercado competitivo que tende a se expandir e se tornar globalizante. Concebe tradicionalmente como fatores de produção a terra (compreendendo todos os recursos naturais), o trabalho e o capital. Seu *modus operandi* fundamenta-se na racionalidade instrumental⁸, que se caracteriza pelo cálculo de quais meios utilizar para alcançar um fim prático, ou seja, eficiência do meios e eficácia dos resultados. Na modernidade, essa racionalidade passa a demarcar “o modo específico de lidar com a natureza”⁹, pois a considera como coisa,

objeto sem valor intrínseco, ou seja, é vista e utilizada como matéria prima, estoque de recursos disponíveis e reservatório de energia. O valor de troca da natureza passa a ser predominante.

O capitalismo expande-se de tal forma que delinea a ordem social emergente da modernidade⁷. O sistema econômico capitalista cumpre sua missão produtiva por meio das organizações, em especial naquelas de base industrial.

O industrialismo é um sistema no qual a indústria é considerada superior a outras formas de atividade humana; emerge do capitalismo, e “se torna o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade”⁷. O industrialismo apresenta produção em escala, facilitada pela ciência aplicada e tecnologia, divisão do trabalho especializada e complexa, impactando tanto aspectos mercadológicos quanto processos sociais. Neste ensaio entende-se o industrialismo como um termo que abarca as organizações, especialmente as com fins lucrativos. O industrialismo sendo uma das dimensões da modernidade encontra sustentação epistemológica no Funcionalismo, respaldo ideológico no Pragmatismo e no Materialismo Histórico, um dos seus críticos.

O Funcionalismo¹⁰ é uma teoria do conhecimento embasada em uma ontologia externo-realista e em uma epistemologia objetiva. Seu objetivo é explicar as características da sociedade a partir das funções exercidas pelas instituições e as consequências delas provenientes. Procura explicar como as sociedades mantêm a estabilidade e coesão interna necessária para assegurar a sua existência ao longo do tempo. Adota, então, uma visão sistêmica no qual o todo é maior que a soma das partes. Estas apresentam um

⁶MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p.59

⁷GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991, p.21-22 e p.71-72.

⁸LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 122.

⁹PISANI, Marília Mello. **Algumas considerações sobre ciência e política no pensamento de**

Herbert Marcuse. *Sci. stud.* [online]. 2009, vol.7, n.1, pp. 135-158; p.146. ISSN 1678-3166

¹⁰DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1995.



comportamento sistêmico ao desempenharem suas funções em vistas a contribuir com a estabilidade e manutenção do sistema inteiro, sendo que qualquer alteração em uma função implica em consequentes alterações nas demais funções do sistema. A conectividade e interdependência das partes são inerentes ao comportamento sistêmico, entretanto o que se sobressai é a prioridade do todo sobre as partes. Nesse sentido, é uma teoria totalizante, na qual o indivíduo some para dar lugar ao coletivo.

O Funcionalismo tem sido um paradigma dominante nos estudos organizacionais e na gestão das organizações, pois as organizações são consideradas um fato social (objeto de estudo desta corrente epistemológica), tendo concretude, sendo um subsistema do sistema social, contribuindo com sua função produtiva, inserida em um ambiente que a influencia e é por ela influenciado em diferentes graus de acordo com seu contexto de ação, isto é, sua ação é mais determinada pelo ambiente do que por sua própria visão. De acordo com o aumento da complexidade, a organização é subdividida em partes especializadas para desempenharem funções diversas que contribuem com os objetivos organizacionais. Nesse sentido, pode-se dizer que o Funcionalismo explica o mecanismo de ação das organizações. Há um imperativo prático, em busca de ordem e resultado, ou seja, eficiência e eficácia. Esta avaliação é essencialmente quantitativa. As pessoas são vistas como exercendo papéis (específicos ou amplos), cujo poder (e teor) de decisão sempre está submetida ao interesse organizacional; é a conduta funcional, “racionalmente adaptada a um fim independentemente da intenção ou consciência do agente”¹¹,

¹¹FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. *Cad. EBAPE.BR* [online]. Set.2008,v.9, n.3, p.17.

levando à alienação do trabalhador e à reificação das atividades humanas consideradas como mercadorias pelo modelo econômico capitalista.

Diferentemente do Funcionalismo, Dewey¹² considera que “o pragmatismo e o experimentalismo instrumental colocam em proeminência a importância do indivíduo. É ele quem é detentor do pensamento criativo, o autor da ação e de sua aplicação”. Essa ideia abre espaço para o livre-arbítrio, para a possibilidade de escolha, da ação em busca de um resultado.

O Pragmatismo tem como premissa a razão prática na qual as ideias são instrumentos da ação, somente tendo utilidade quando produzem efeitos práticos. Três elementos se destacam na filosofia pragmática: a crença, a ação e o resultado.

A crença em alguma coisa é a base para orientar nossa vontade e moldar nossa ação. Todo mundo age em conformidade com aquilo que acredita, dessa forma, a crença pode ser entendida como hábito que determina o comportamento. A crença nada tem de metafísico; é vista como resultado da experiência, entendida como uma construção histórico-social, que tem caráter dinâmico pela ação da reflexão, processo no qual há a revisão de fatos e ideias anteriores relacionando-as com os resultados obtidos de uma ação realizada.

A ação deve ser sustentada pela inteligência e reflexão e é predominantemente instrumentalizada, ou seja, se preocupa em estabelecer as melhores relações entre o meio e o fim. Para o Pragmatismo, a ação é a intermediária entre a crença e o resultado, considerado verdadeiro porque útil. A ação é, de fato, instrumentalizada, é pensada: que ação deve ser tomada para que um resultado útil/eficaz seja obtido? Como

¹²DEWEY, John. **O desenvolvimento do pragmatismo americano.** *Sci. stud.* [online]. 2007, vol.5, n.2, pp. 227-243, p. 241. ISSN 1678-3166.



deve ser feito? Esse tipo de raciocínio encontra ressonância no conceito da racionalidade instrumental, comentado anteriormente. Embora tenham papel importante a crença e o resultado no Pragmatismo, é a ação que operacionaliza a ideia e permite alcançar a utilidade, exaltando a perícia técnica que escolhe os meios, julgados os mais adequados pela experiência, para alcançar os fins.

O ato de refletir induz ao questionamento e a dúvida o que leva ao ato de pesquisa para obter esclarecimento e compreensão. Nesse sentido, pode-se dizer que é uma ideia de base evolucionária, que admite a dinamicidade do ser humano e do conhecimento. Este, por estar sempre aberto à avaliação e mudança diante de novos fatos, e aquele porque o ato de reflexão também leva aos questionamentos sobre as crenças e alterações nos padrões de conduta. Pode-se dizer, então, que o Pragmatismo enfatiza também as consequências particulares de uma crença, que são avaliadas pelos seus resultados.

Nessa tríade crença-ação-resultado, considera-se que o resultado pretendido orienta também a ação. Esta ideia se constitui em um princípio pragmático: procurar pelas últimas coisas, as consequências, os fatos. O resultado, para os pragmáticos, tem que ser útil, ser eficaz para ter validade. Nesse sentido, destaca-se o caráter teleológico do Pragmatismo. O resultado que se espera obter com a ação está em aberto, pode ser construtivo ou destrutivo, para o bem ou para o mal, mas o fato é que o futuro pode ser delineado a partir de uma ação no presente, surgindo um contexto favorável para o exercício do livre-arbítrio.

Evidentemente o Pragmatismo não se limita as ideias acima. É uma corrente de pensamento bastante ampla que aborda vários aspectos filosóficos e científicos, entretanto, para nos deter no escopo deste ensaio são três as ideias principais a serem retidas: (i) a natureza instrumental da intervenção humana; (ii) o caráter

teleológico da ação humana; (iii) a consideração de que não há dicotomia entre homem e a natureza, visto que em seu arcabouço estabelece que o homem faz parte da natureza.

A ontologia apresentada pelo materialismo histórico difere das demais concepções porque não estabelece a diferenciação clássica entre sujeito e objeto na relação do conhecimento. Concebe o ser social¹³ como condição ontológica do ser humano, admitindo que este procede da vida orgânica, e esta por sua vez é originada pela matéria inorgânica. A transição entre uma esfera e outra é expressa por um salto ontológico qualitativamente diferente. Vincula-se dessa forma o homem e a natureza como tendo a mesma origem, mesma base material, porém, somente com o trabalho o ser humano torna-se um ser social. Daí o entendimento de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, porque é pelo trabalho que o ser humano ativa seu potencial criativo e age intencionalmente, expressando o caráter teleológico de sua ação, diferentemente do da natureza que é dirigida pela causalidade espontânea¹⁴. A natureza é autossuficiente, já o ser humano precisa da natureza para prover seu sustento e condições materiais de vida, e enquanto transforma a natureza promove sua própria transformação. Porém, permanece o sentido de ligação entre homem-natureza: “A relação estabelecida entre o homem e a natureza é social, pois reflete as ações humanas”¹⁵.

¹³ DUAYER, M.; Medeiros, J. L. A ontologia crítica de Lukács: para uma ética objetivamente fundada. **EcoCri**, 2008. XI Jornada de Economia Crítica. Bilbao, Espanha, 27 a 29 de março.

¹⁴ TERTULIAN, N. **Uma apresentação à Ontologia do ser Social, de Lukács**. Disponível em:

<http://www.foiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Tertulian,%20Nicolas/Tertulian%20-%20uma%20apresentacao%20a%20ontologia%20de%20lukacs.pdf>.

¹⁵ LARA, R. Considerações sobre a ontologia histórico-materialista. **Max e o Marxismo** 2011:



O materialismo histórico ao adotar uma perspectiva histórica de análise aborda as transformações sociais e econômicas tendo como foco os meios de produção. Sua análise conduz a uma crítica do poder dominante, caracteriza as relações entre as classes sociais e indica condições para quebrar a hegemonia do sistema dominante de produção.

O sistema capitalista dominante é visto como detentor dos meios de produção (capital, terra, trabalho e tecnologia) e controlador dos modos de troca (comércio), que pelo seu poder econômico e intelectual consegue domínio político e influencia ideologicamente a sociedade civil, tornando seu discurso como verdade universal. O fator econômico é apontado como delineador das relações sociais. Como crítico desse sistema, Marx já apontava¹⁶ para os problemas de poluição e degradação nos centros urbanos, matérias primas e resíduos desperdiçados pelo processo produtivo, exaustão da terra e uso intensivo dos recursos naturais, entre outros.

À guisa de conclusão

A classe burguesa é a classe dominante no sistema capitalista. Este se apropria de ideias essenciais do Pragmatismo como fundamento para a conduta nas relações econômicas e sociais: é a afirmação do indivíduo capaz de visualizar o futuro, de estabelecer objetivos e elaborar um plano de ação intencionalmente calculado quanto aos melhores meios de alcançar os fins pré-estabelecidos. Para seu intento utiliza o capital como valor de troca para obtenção dos recursos necessários: recursos naturais, trabalho, ciência e tecnologia.

A maneira pela qual atua ao longo do tempo, apresenta ser um modelo de depleção dos recursos naturais e, no âmbito organizacional, um modelo de externalização de custos e internalização de lucros. Como o interesse capitalista é a expansão globalizada, a concorrência se torna cada vez mais marcante, acentuando também o nível de consumo de produtos e serviços justificados como de atendimento de necessidades, o que de fato é mais criação de desejos do que propriamente necessidades, marcada pela inovação de produtos, muitas vezes projetados com obsolescência programada a fim de manter a circularidade do processo de consumo e, portanto, da própria manutenção do sistema capitalista. Nesse sentido, pode-se apontar um aspecto autofágico desse sistema, pois utiliza de maneira irracional uma de suas próprias bases: o fator terra, referente aos recursos naturais, tanto os renováveis quanto os não renováveis. Estes por serem esgotáveis induz a procura de materiais substitutos, tarefa delegada à ciência e tecnologia. Aos renováveis estende-se o argumento de que a ciência e a tecnologia poderão também encontrar soluções instrumentais para resolver o problema.

Entretanto há pelo menos dois pontos que são importantes destacar: (i) a Lei da Entropia¹⁷; (ii) e a consideração de que os tempos biológicos são diferentes dos tempos históricos. Estes dois conceitos estão, de certa forma, relacionados.

A entropia pode ser entendida como o grau de desorganização de um sistema, sendo este grau representando uma mudança qualitativa e não quantitativa no sistema. Talvez a definição mais conhecida da lei da entropia seja “o calor só pode ser passado por si mesmo do corpo mais quente para o mais frio, nunca

teoria e prática. Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 28/11/2011 a 01/12/2011.

¹⁶ COGGIOLA, O. Ecologia e Marxismo. *Motrivivência*, Ano XVI, nº 22, p. 39-46 Jun./2004.

¹⁷TIEZZI, E. *Tempos históricos, tempos biológicos*: a Terra ou a morte: problemas da nova ecologia. São Paulo: Nobel, 1988.



em sentido inverso¹⁸. Para os organismos vivos a entropia representa a própria degradação e por isso busca assimilar fontes de energia/matéria com baixa entropia mais fácil de ser assimilada do que as fontes com alta entropia (algo grau de desordem). Economicamente significa que os processos de produção direcionam-se para apropriação de fontes de energia/matéria de baixa entropia como entradas (*inputs*) desse processo cujas saídas (*outputs*) são resíduos sem valor, de alto grau entrópico. Algumas consequências dessa lei podem ser apontadas como a poluição térmica gerada pela intensiva ação humana que não pode ser revertida em resfriamento, a reciclagem de resíduos pode demandar mais recursos de baixa entropia do que seria esperado, assim como a produção de alguns produtos como proteínas (pecuária e avicultura, por exemplo) consomem mais baixa entropia no próprio processo do que aquela apresentada no resultado (produto final). Essas consequências têm implicações não somente ambiental, mas econômicas, especialmente quanto à viabilidade dos custos.

Os tempos históricos são os tempos produzidos pela humanidade por meio de sua ação cultural, política, econômica, tecnológica e produtiva; têm o seu próprio ritmo, acentuado pela celeridade em contraposição ao tempo biológico, este caracterizado pela cronologia da vida – tempo de nascimento, crescimento, maturamento e morte daquilo que é vivo. A diacronia e não a sincronia é o que difere os tempos históricos dos biológicos. Logo, só pelo ritmo intensivo de produção e consequente uso de recursos naturais pelo ser humano fica claro que o meio ambiente em toda a sua complexidade não têm a seu dispor tempo suficiente para regenerar-se, para recompor-se dos efeitos

antrópicos sobre a natureza.

O ritmo da exploração capitalista da natureza não permite a recomposição dos sistemas ecológicos, o que denuncia o desequilíbrio ecoambiental. A instabilidade como fenômeno na natureza não é exclusivamente de origem humana. Catástrofes naturais, alterações climáticas e outros eventos são fatores de instabilidade para os ecossistemas. Porém, a ação antrópica impacta negativamente o meio ambiente, intensificando os efeitos dessa instabilidade, atrapalhando os tempos biológicos. Muitas dessas ações são desencadeadas pelas organizações por meio de suas atividades produtivas, seja na agricultura, pecuária, indústria, transporte, entre outras, originando ou agravando processos de degradação ambiental, exaustão dos recursos naturais, poluição, geração de resíduos, afetando não somente o meio natural como o construído.

Alguns danos já causados a ecossistemas específicos são praticamente irreversíveis. Muitos outros têm a possibilidade de recuperação. Entretanto, não se deve esquecer que o tempo biológico é o tempo predominante para a recuperação dos ecossistemas.

O fato é que a sustentabilidade ambiental tem sido discutida nos meios científicos e acadêmicos, ganhando projeção social e alcançando também as organizações, principalmente nas últimas quatro décadas. A discussão repousa, entre outros aspectos, na alteração do modelo de externalizador para o de internalizador de custos, ou seja, desenvolver ações para que os processos organizacionais, não somente os produtivos, sejam mais eficientes, eficazes e efetivos para que a sociedade e o meio ambiente não sejam repositórios da incompetência organizacional.

A questão que se levanta é a possibilidade das iniciativas organizacionais, no âmbito de sua ação atualmente em curso, serem suficientes para promover uma solução em prol da sustentabilidade do meio ambiente natural

¹⁸ GEORGESCU-ROEGEN, N. O decrescimento: entropia, ecologia, economia. São Paulo: Senac São Paulo: 2012, p. 81.



e construído. Em vistas de mitigar os impactos negativos do meio ambiente social e natural, ações organizacionais em direção à internalização da variável ambiental abrangem sistemas de gerenciamento ambiental que podem incluir desde a concepção do produto pelo seu ciclo de vida (do berço ao túmulo), adequação do processo produtivo para emissão zero, o que inclui a gestão de resíduos e poluentes (resíduos sólidos, emanações aéreas e efluentes líquidos), assim como o uso de ecotécnicas ou tecnologias não poluidoras, reutilização, reaproveitamento ou reprocessamento, aquisição de matéria primas e materiais substitutos, embalagem e formas de consumo. Enfim, há uma gama de alternativas possíveis de serem adotadas pela organização quanto ao modelo de gestão ambiental. Embora iniciativas voluntárias realmente sejam implementadas em algumas organizações, pode-se considerar que ainda são inexpressivas em relação à totalidade das organizações.

Narrativas organizacionais, por meio de Relatórios Ambientais e outros instrumentos de comunicação têm afirmado os benefícios econômicos e monetários obtidos com uma gestão mais racional dos recursos naturais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento têm mostrado resultados positivos na criação de alternativas ecológicas, como materiais e substâncias substitutas com indicação de desempenho superior aos originais, além de adaptar os conhecimentos biológicos à resolução de problemas ambientais e desenvolvimento de ecotécnicas. Todas essas iniciativas em prol da sustentabilidade no sentido de procurar o equilíbrio dinâmico perdido, mitigar os danos causados e promover condições de perenidade que permita a continuidade da vida, inclusive a humana, por gerações e gerações, talvez sejam insuficientes diante da crise da razão que se apresenta como crise ambiental.

É uma crise que questiona sua própria origem, que procura desvelar suas causas fundantes e questionar se essas causas também podem se revelar como fonte de sua resolução; é também buscar uma nova visão de mundo, uma alternativa que rompa com o modelo de produção social vigente, uma nova racionalidade ambiental fundada “em uma ontologia e em uma ética opostas a todo princípio de homogeneidade do mundo e de unidade de conhecimento, de um pensamento globalizador e totalizador”¹⁹, que procure reestabelecer a ligação ser humano-natureza em bases mais equilibradas com vistas à promoção da continuidade da vida por meio da sustentabilidade ecoambiental.

Os fundamentos ontológicos e epistemológicos da sustentabilidade e insustentabilidade repousam na visão de mundo que temos enquanto indivíduos e coletividade; na forma pela qual interpretamos o papel do ser humano e da sociedade no mundo; e como desenvolvemos e aplicamos nosso conhecimento ‘do’ e ‘sobre’ o mundo. Para o ‘bem ou para o mal’ a responsabilidade é nossa, enquanto indivíduos e sociedade.

¹⁹ LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. São Paulo: Cortez, 2012, p.121.

